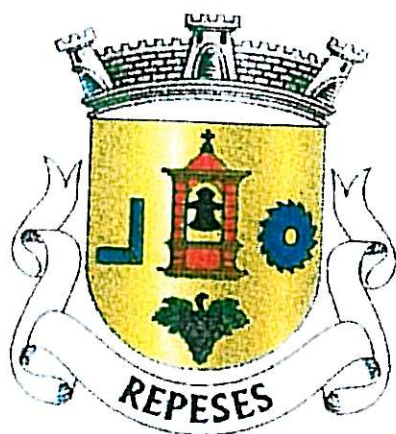


PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ALTERAÇÃO DE TAXAS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REPESES E SÃO SALVADOR



Aprovado em reunião de Junta
da União das Freguesias de Repeses e São Salvador em 05 de março de 2014.

O Presidente João Domingos Abreu Belito

O Secretário João Miguel Gomes do Couto

O Tesoureiro [assinatura]

O Vogal João Dias Ferreira

O Vogal Nádia José das Neves Mota



PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ALTERAÇÃO DE TAXAS

Em conformidade com o disposto na alínea h) do n.º1 do art.º16.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2007 de 15 de janeiro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º53-E/2006 de 29 de dezembro), é aprovada a proposta de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas em vigor na União das Freguesias de Repeses e São Salvador.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento e tabela anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as atividades da Junta de Freguesia no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.

Artigo 2.º

Sujeitos

- 1- O sujeito ativo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação é a Junta de Freguesia.
- 2- O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos aprovados pela Junta de Freguesia, estejam vinculados ao cumprimento da prestação tributária.

Artigo 3.º

Isenções

- 1- Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.
- 2- Estão isentos do pagamento de taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que requeiram serviços administrativos para a obtenção de apoios sociais e por pessoas com dificuldades económicas.



- 3- A Assembleia de Freguesia pode, por proposta da Junta de Freguesia, através da deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas.

CAPÍTULO II

TAXAS

Artigo 4.º **Taxas**

As taxas da Freguesia incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade da Freguesia, designadamente:

- a) Serviços administrativos;
- b) Licenciamento e registo de canídeos e gatídeos;
- c) Cemitérios;
- d) Licenciamento de atividades diversas (venda ambulante de lotarias, de arrumador de automóveis e atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes).

Artigo 5.º **Serviços Administrativos**

- 1- As taxas devidas pela certificação de fotocópias constam do anexo I e correspondem às fixadas no Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado.
- 2- As taxas devidas pela reprodução de documentos administrativos, correspondem ao valor médio praticado no mercado por serviço correspondente, dando assim cumprimento ao estipulado no n.º1 do artigo da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto.



- 3- Os valores indicados nos n.ºs 1 e 2, são reduzidos em 50%, para recenseados na Freguesia (incentivo ao recenseamento na Freguesia).
- 4- As taxas devidas pela passagem de atestados e termos de justificação administrativa constam do anexo I e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção):
 - a) A fórmula de cálculo é a seguinte: $TSA = tme \times vh + ct$, em que tme é o tempo médio de execução, vh é o valor hora de funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial, e ct é o custo total necessário para prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc);
 - b) Sendo que a taxa a aplicar é de $0,5 \times vh + ct$ para os atestados, termos de identidade e justificação administrativa;
 - c) O valor hora do funcionário é atualizado conforme a remuneração do funcionário que estiver ao serviço.
- 5- Os valores indicados no número anterior são agravados em 50% no caso de os requerentes não serem recenseados na Freguesia.

Artigo 6.º

Licenciamento e Registo de Canídeos e Gatídeos

- 1- As taxas de registo e licenças de canídeos e gatídeos, constantes do anexo II, são indexadas à taxa N de profilaxia médica, não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal (Portaria n.º 421/2004, de 24 de abril).
- 2- A fórmula de cálculo é a seguinte:
 - a) Registo: 30% da taxa N de profilaxia médica;
 - b) Licenças da classe A, B e I: 100% da taxa de profilaxia médica;
 - c) Licenças da classe E: 120% da taxa de profilaxia médica;
 - d) Licenças da classe G: o dobro da taxa N de profilaxia médica;
 - e) Licenças da classe H: o triplo da taxa N de profilaxia médica.
- 3- Os cães classificados nas categorias C, D e F estão isentos de qualquer taxa.
- 4- A cedência a qualquer título dos cães referidos no número anterior para outros detentores que utilizem para fins diversos dos mencionados no número anterior dá lugar ao pagamento da licença.
- 5- Os valores indicados no número dois são agravados em 50% no caso de os requerentes não serem recenseados na Freguesia.



Artigo 7.º Cemitérios

- 1- As taxas de inumação e exumação constam do anexo III e têm como base de cálculo o tempo médio de execução do trabalho administrativo (atendimento, registo, produção) mais o valor da prestação do serviço de coveiro:
 - a) A fórmula de cálculo é a seguinte: $TIE = tsa + tsc$, em que tsa é a taxa do serviço administrativo e tsc é a taxa de serviço de covagem.
 - b) A fórmula de cálculo da tsa é a seguinte: $TSA = tme \times vh + ct$, em que tme é o tempo médio de execução, vh é o valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial, e ct é o custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc), sendo que a taxa do serviço administrativo a aplicar de $0,5 \times vh + ct$.
 - c) O valor hora do funcionário é atualizado conforme a remuneração do funcionário que estiver ao serviço.
 - d) A fórmula de cálculo da TSC= $cmu + psc$, em que cmu é o custo de manutenção e utilização do cemitério e psc é o valor da prestação de serviço do coveiro.
 - e) O valor da prestação do serviço de coveiro é atualizado conforme o coveiro que estiver ao serviço.
- 2 - As taxas devidas pela concessão de sepulturas, jazigos e serviços administrativos correlacionados constam no anexo III e têm como base de cálculo o tempo de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção) e o valor de desincentivo à prática destes atos:
 - a) A fórmula de cálculo é a seguinte: $TCS = tsa + desinc$, em que tsa é a taxa do serviço administrativo, desinc é o valor do desincentivo à prática do ato.
 - b) A fórmula de cálculo da tsa é a seguinte: $TSA = tme \times vh + ct$, em que tme é o tempo médio de execução, vh é o valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial, e ct é o custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc), sendo que a taxa do serviço administrativo a aplicar de $0,5 \times vh + ct$.
 - c) O valor hora do funcionamento é atualizado conforme a remuneração do funcionário que estiver ao serviço.
 - d) O valor de desincentivo pela prática do ato é de setecentos euros para sepulturas perpétuas e de sete mil e quinhentos euros para os jazigos n.ºs 1, 2, 3, 7, 8, 9 e 10, de seis mil euros para os jazigos n.ºs 5, 6, 11 e 12 do Cemitério de Repeses, e de cinco mil euros, para os outros jazigos.
 - e) Pela emissão da 2.ª via de alvará a taxa a aplicar é de $1 \times vh + ct$.
 - f) Pelo averbamento de transmissão de concessão, sendo presente alvará, é de $0,5 \times vh + ct$.



g) Pelo averbamento de transmissão de concessão, não sendo presente alvará, é de $1 \times \text{vh} + \text{ct}$.

3- As taxas referidas nos pontos anteriores são agravadas em 50% no caso dos inumados ou os requerentes da concessão, emissão de 2.^a via ou averbamento de transmissão não sejam recenseados na Freguesia.

Artigo 8.º

Licenciamento de Atividades Diversas

(venda ambulante de lotarias, de arrumador de automóveis e atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes)

- 1- As taxas devidas pelo licenciamento de atividades diversas constam do anexo IV e tem como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção):
 - a) A fórmula de cálculo é a seguinte: $\text{TLAD} = \text{tme} \times \text{vh} + \text{ct}$, em que tme é o tempo médio de execução, vh é o valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial, e ct é o custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc);
 - b) Sendo que a taxa a aplicar é de $1,5 \times \text{vh} + \text{ct}$ para o licenciamento de venda ambulante de lotarias e de arrumador de automóveis; de $1 \times \text{vh} + \text{ct}$ para o licenciamento de atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes;
 - c) O valor hora do funcionário é atualizado conforme a remuneração do funcionário que estiver ao serviço.
- 2- As taxas referidas no ponto anterior são agravadas em 50% no caso de os requerentes não serem recenseados na Freguesia.

Artigo 9.º

Aquisição de Valores

A Junta de Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a atualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económico – financeira subjacente ao novo valor no caso das taxas.



CAPÍTULO III LIQUIDAÇÃO

Artigo 10.º Pagamento

- 1- A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.
- 2- As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.
- 3- Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efetuado antes ou no momento da prática de execução do ato ou serviços a que respeitem.
- 4- O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta de Freguesia.

Artigo 11.º Pagamento em Prestações

- 1- Compete à Junta de Freguesia autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente, comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.
- 2- Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
- 3- No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.
- 4- O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.
- 5- A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.



Artigo 12.º

Incumprimento

- 1- São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.
- 2- A taxa legal de juros de mora (Decreto-Lei n.º 73/99 de 16 de março) é de 1% se o pagamento se fizer dentro de mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fração se o pagamento se fizer posteriormente.
- 3- O não pagamento voluntário das dívidas é objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do código de Procedimento e do Processo Tributário.

Artigo 13.º

Garantias

- 1- Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
- 2- A reclamação deverá ser feita por escrito dirigida à Junta de Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 3- A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 4- Do indeferimento tácito ou expreso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área da Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

Artigo 14.º

Legislação Subsidiária

Em tudo quanto não estiver, expressamente, previsto nestes regulamentos são aplicáveis, sucessivamente:

- a) A Lei n.º53-E/2006 de 29 de dezembro;
- b) A Lei das Finanças Locais;
- c) A Lei Geral Tributária;
- d) A Lei das Autarquias Locais;



- e) Os Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) O Código do Processo Administrativo nos Tribunais Administrativos;
- g) O Código do Procedimento Administrativo.


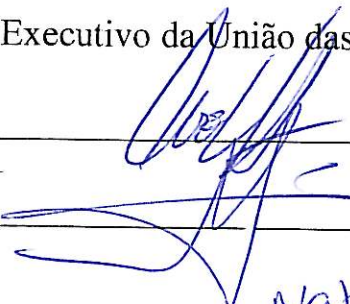

Artigo 15.º
Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de Maio de 2014.

Aprovado em reunião da Junta da União das Freguesias de Repeses e São Salvador

em 5 de MARÇO de 2014

O Executivo da União das Freguesias



 Natália José dos Reis Mito



Aprovado pela Assembleia da União das Freguesias de Repeses e São Salvador, em sessão

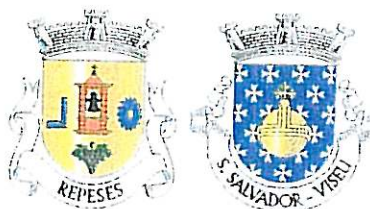
de 28 de ABRIL de 2014

A Mesa da Assembleia de Freguesia,

[Signature]
Rui Paulo M. do Nascimento Amorim Sofia de Costa Moreira

Os membros da Assembleia de Freguesia,

[Signature]
Paula Isabel Pereira da Costa Teixeira
[Signature] [Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]



ANEXO I

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

| Serviço | Valor | |
|--|--|---|
| | Recenseados | Não Recenseados |
| Por cada pública – forma, conferência de fotocópia ou fotocópia e respectiva conferência | 9,00 até 4 folhas 0,05€ por cada folha a mais até ao limite de 75,00€ | 18,00€ até 4 folhas 1, 00€ por cada folha a mais até ao limite de 150€ |
| Reprodução de documentos administrativos Formato A4 Formato A3 | 0,05€ 0,10€ | 0,10€ 0,20€ |
| Atestados, termos de identidade e justificação administrativa (0,50X6,00+1,00€) | 4,00€ | 6,00€ |
| Confirmação em documentos apresentados pelo Requerente (0,25X6,00+0,50€) | 2,50€ | 3,75€ |

ANEXO II

LICENÇAS DE CANÍDEOS E GATÍDEOS

| Serviço | Valor | |
|--|-------------|-----------------|
| | Recenseados | Não Recenseados |
| Registo (0,30X5,00€) | 1,50€ | 2,25€ |
| Licenças (por categoria): | | |
| Licenças de cães de companhia(1X5,00€) | 5,00€ | 7,50€ |
| Licenças de cães com fins económicos (1X5,00€) | 5,00€ | 7,50€ |
| Licenças de cães de caça (1X1,20X5,00€) | 6,00€ | 9,00€ |
| Licenças de cães potencialmente perigosos (2X5,00€) | 10,00€ | 15,00€ |
| Licenças de cães perigosos (3X5,00€) | 15,00€ | 22,50€ |
| Licenças de gatos (1X5,00€) | 5,00€ | 7,50€ |



ANEXO III

CEMITÉRIOS

| Serviço | Valor | |
|--|-------------|-----------------|
| | Recenseados | Não Recenseados |
| Inumação/exumação com uma fundura em Sepultura sem cobertura (0,5X6,00€+1,00€) + (11,00€+135,00€) | 150,00€ | 225,00€ |
| Concessão de terreno para sepultura 1X2m (0,5X6,00€+1,00€) + (11,00€+700,00€) | 715,00€ | 1.072,50€ |
| Concessão de terreno para jazigos em Repeses Nº 1,2,3,7,8,9e 10 (0,5X6,00€+1,00€) + (11,00€+.7.500,00€) | 7.515,00€ | 11.272,50€ |
| Concessão de terreno para jazigos em Repeses Nº 5, 6, 11 e 12. (0,5X6,00€+1,00€) + (11,00€+6.000,00€) | 6.015,00€ | 9.022,50€ |
| Outros jazigos 0,5X6,00€+1,00€) + (11,00€+5.000,00€) | 5.015,00€ | 7.522,50€ |
| Trasladação de Ossadas ((0,5X6,00€+1,00€) + (11,00€+65,00€) | 80,00€ | 120,00€ |
| Emissão de segunda via do Alvará (1X6,00€+1,00€) | 7,00€ | 10,50€ |
| Averbamento de transmissão de concessão, Sendo presente Alvará (0,5X6,00€+1,00€) | 4,00€ | 6,00€ |



ANEXO IV

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS

| Serviço | Valor | |
|--|-------------------|-----------------|
| | Recenseados | Não Recenseados |
| Licenciamento de venda ambulante de lotarias e de arrumadores de automóveis (1,5X6,00€+2,00€) | 11,00€ | 16.50€ |
| Licenciamento de actividades ruidosas de carácter temporário que respeitem as festas populares, romarias, feiras arraiais e bailes (1X6,00€+2,00€X nº dias). | 8,00€ (p/ dia) | 12,00€ |